

B O L E T I M

MUNICIPAL

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 805

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião da Assembleia Municipal de 14 de Julho de 2009):

- **Voto de Protesto n.º 2/2009 (Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD)** - Aprovar repudiar veementemente todos os ataques de violência e os ataques a elementos das Forças de Segurança, e em especial aos dois agentes da PSP baleados na Amadora [pág. 1434 (3)].

- **Voto de Pesar n.º 6/2009 (Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP)** - Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Irisalva Moita - Historiadora [pág. 1434 (3)].

- **Voto de Pesar n.º 7/2009 (Subscrito pelo Grupo Municipal do PS)** - Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Candal [pág. 1434 (3)].

- **Voto de Pesar n.º 8/2009 (Subscrito pelo Grupo Municipal do PS)** - Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Hermínio da Palma Inácio [pág. 1434 (4)].

- **Moção n.º 48/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD)** - Aprovar lamentar o papel negativo que o Dr. António Costa tem desempenhado de subserviência no acompanhamento de várias iniciativas governamentais que dizem directamente respeito a Lisboa e aos Lisboetas [pág. 1434 (4)].

- **Moção n.º 49/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD)** - Aprovar manifestar a sua discordância com a decisão tomada pelo Dr. António Costa para a circulação no Terreiro do Paço, na Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal, tomada sem estudos prévios sustentados [pág. 1434 (5)].

-Moção n.º 50/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) - Aprovar afirmar a solidariedade com os trabalhadores da EMEL, bem como apoiar a luta que estão a desenvolver por melhores e mais dignas condições de trabalho [pág. 1434 (5)].

-Moção n.º 51/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) - Aprovar solicitar à Câmara Municipal uma informação o mais possível completa sobre o licenciamento e legalidade do funcionamento do bar «Incómodo», queixas dos moradores e respectiva fundamentação da actuação dos serviços camarários [pág. 1434 (6)].

-Moção n.º 52/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) - Aprovar exigir à Câmara que intervenha junto do Governo para a urgente alteração da Portaria n.º 599/2009 - extinguir o Serviço de Finanças do 6.º Bairro Fiscal, situado na Rua dos Lusíadas, Alcântara [pág. 1434 (6)].

-Moção n.º 53/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) - Aprovar saudar a realização do Fórum pela Cidadania e Justiça Social, enaltecendo o esforço de suscitar um debate urgente para uma nova política de combate à pobreza, exclusão e injustiça social [pág. 1434 (7)].

-Moção n.º 54/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) - Aprovar condenar o golpe militar nas Honduras que substituiu um Presidente legitimamente eleito pelo seu povo [pág. 1434 (7)].

-Moção n.º 55/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) - Aprovar a enunciação pública de todas as recomendações aprovadas na Assembleia Municipal de Lisboa durante este mandato [pág. 1434 (8)].

-Recomendação n.º 52/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) - Aprovar recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, envolvendo as Juntas de Freguesia, elabore um Plano de Contingência Municipal para a Gripe H1N1 [pág. 1434 (9)].

-Recomendação n.º 53/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) - Aprovar recomendar à CML que reúna o Conselho Municipal de Juventude ao abrigo da Deliberação n.º 126/AM/95, por forma a fazer participar as associações juvenis da cidade nos assuntos relacionados com as políticas de juventude no Município de Lisboa [pág. 1434 (9)].

-Recomendação n.º 54/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) - Aprovar recomendar à CML que resolva os problemas de insegurança, limpeza, escoamento de águas e equipamentos de frio, de forma a manter o Mercado de Arroios em condições de utilização e satisfação dos utentes, assim como da actividade dos comerciantes [pág. 1434 (9)].

-Recomendação n.º 55/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) - Aprovar recomendar à CML que proceda com a maior urgência a uma intervenção de limpeza na zona do miradouro de Santa Catarina [pág. 1434 (10)].

-Recomendação n.º 56/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) - Aprovar recomendar à CML que solicite às entidades competentes uma maior fiscalização à circulação de trânsito na Rua João de Freitas Branco [pág. 1434 (10)].

-Recomendação n.º 57/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal de «Os Verdes») - Aprovar requerer à CML que avance de imediato com a requalificação do Jardim Constantino, tendo como prioridade a resolução dos problemas mais graves - sociais, ambientais e de higiene pública - de forma a permitir o usufruto integral deste espaço verde pelos munícipes [pág. 1434 (10)].

-Recomendação n.º 58/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal de «Os Verdes») - Aprovar recomendar à CML que estimule o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania para que, tendo em consideração a diversidade cultural, defina e apresente projectos de apoio e integração social, em conjunto com as associações representativas dos imigrantes [pág. 1434 (11)].

-Recomendação n.º 59/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal de «Os Verdes») - Aprovar recomendar à CML que promova, com a maior celeridade possível a abertura de procedimento concursal, com o objectivo de admitir novos trabalhadores para a Divisão de Jardins e de Matas [pág. 1434 (11)].

-Recomendação n.º 60/2009 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) - Aprovar recomendar à CML a suspensão imediata das obras do novo Museu dos Coches e pela abertura imediata do debate público [pág. 1434 (12)].

-Proposta n.º 538/2009 (Deliberação n.º 64/AML/2009) - Aprovar a desafecção do domínio público para o domínio privado das parcelas de terreno municipal assinaladas com as letras C e D, bem como constituir a favor da Junta de Freguesia de Marvila, o direito de superfície pelo prazo de 50 anos, sobre a parcela de terreno municipal, sita na Avenida Paulo VI/Rua Sousa Bastos (Bairro do Alfenim), na freguesia de Marvila, nos termos da proposta [pág. 1434 (13)].

-Proposta n.º 576/2009 (Deliberação n.º 66/AML/2009) - Aprovar aceitar a doação de duas parcelas de terreno, designadas pelos números 1 e 2 destinadas a integrar o domínio público municipal, a fim de viabilizar uma construção localizada à Alameda das Linhas de Torres, 150/152, bem como aprovar a afectação ao domínio público das referidas parcelas de terreno, nos termos da proposta [pág. 1434 (18)].

-Proposta n.º 568/2009 (Deliberação n.º 65/AML/2009) - Aprovar a alteração do Regulamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD) nos termos da proposta [pág. 1434 (15)].

-Deliberação n.º 67/AML/2009 - Eleição de 1 Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade, ACES Grande Lisboa III - Lisboa Central [pág. 1434 (20)].

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

Sessão de 14 de Julho de 2009

- *Voto de Protesto n.º 2/AML/2009* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD:

No passado dia 5 de Julho, em pleno cumprimento da missão de garantir a segurança pública, dois agentes da PSP foram baleados na Amadora.

Infelizmente, este é mais um ataque a elementos das Forças de Segurança nacionais que deve ser veementemente condenado, sem excepção e sem hesitações, por todos aqueles que defendem a qualidade de vida nos espaços urbanos e a segurança daqueles que os habitam, visitam ou neles trabalham.

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere:

- 1 - Repudiar veementemente todos os ataques de violência e os ataques a elementos das Forças de Segurança, e em especial aos dois agentes da PSP baleados na Amadora no dia 5 de Julho, manifestando a sua solidariedade a todos aqueles que têm por missão garantir a segurança pública;
- 2 - Manifestar a necessidade dos mais diversos agentes políticos adoptarem medidas e posturas que contribuam para o prestígio das Forças de Segurança e melhorando as suas condições de trabalho, garantindo os seus direitos e fortalecendo assim a autoridade democrática do Estado.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Voto de Pesar n.º 6/AML/2009* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP:

Faleceu, no dia de Santo António, Irisalva Moita que deu um importante contributo para os estudos sobre a cidade de Lisboa. Não pode por isso a Assembleia Municipal deixar sem registo tal acontecimento, mesmo que tarde, porque a própria pediu que o seu falecimento só fosse noticiado vários dias depois da sua morte.

De facto, Irisalva Moita foi uma investigadora notável sobre o património de Lisboa, destacando-se os seus trabalhos sobre Santo António, o Teatro Romano, os achados na Praça da Figueira, a Casa dos Bicos e o Hospital de Todos-os-Santos.

Foi directora dos museus municipais durante mais de 20 anos, onde deixou um trabalho digno de registo quer na sua reorganização, quer na sua recuperação.

Organizou várias exposições que marcaram a vida cultural da cidade como «Lisboa e o Marquês de Pombal», «Lisboa Quinhentista» e «O Culto de Santo António».

Olisipógrafa muito activa, escreveu inúmeros trabalhos sobre Lisboa, destacando-se a coordenação do Livro de Lisboa sobre a história da cidade.

Foi condecorada com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e recebeu a Medalha de Honra da Cidade.

Viúva do Arquitecto José Huertas Lobo, com ele constituiu um casal que foi durante muitos anos uma referência para os jovens interessados pela Arquitectura, pela História e pelo exercício da cidadania actuante.

O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibere recomendar à Câmara Municipal:

- 1 - Que seja atribuído a uma rua da Cidade o nome de Irisalva Moita - Historiadora;
- 2 - Que, através do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, seja prestada condigna homenagem a Irisalva Moita como olisipógrafa e cidadã;
- 3 - Guardar um minuto de silêncio em sua memória.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Voto de Pesar n.º 7/AML/2009* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PS:

Pelo falecimento de Carlos Candal

Foi com enorme consternação e pesar que tomamos conhecimento do falecimento, aos 71 anos de idade, de Carlos Candal.

Carlos Candal foi um cidadão de dimensão nacional, advogado prestigiado, figura histórica da oposição ao Estado Novo e político destacada da vida pública portuguesa, antes e depois da Revolução de Abril.

Nascido a 1 de Junho de 1938, Candal iniciou a sua actividade cívica e política, presidindo em 1961/62 à Associação Académica de Coimbra, numa época de contestação universitária ao regime da ditadura.

Licenciado em Direito e com o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas, Candal participou na organização do II Congresso Republicano, em Aveiro, em 1969, e foi membro da Comissão Executiva do III Congresso da Oposição Democrática, em 1973.

Ainda em 1973 Carlos Candal foi um dos 27 delegados que esteve na fundação do Partido Socialista, em Bad Munstereifel.

Depois de Abril de 1974 foi eleito Deputado à Assembleia Constituinte pelo Distrito de Aveiro pelo PS, tendo sido reeleito Deputado um ano depois, exercendo o mandato de Deputado nas I, II, IV, V e VI Legislaturas, sempre pelo círculo de Aveiro até 1995.

Em 1995, foi eleito Deputado ao Parlamento Europeu, tendo cumprido dois mandatos, entre 1995 e 1999 e entre 1999 e 2004. Foi membro da Comissão de Assuntos Jurídicos e Mercado Interno.

Foi ainda Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro no decurso de dois mandatos, entre 1997 e 2005.

A morte de Carlos Candal constitui a perda irreparável de um grande vulto da democracia e da nossa vida pública.

A Assembleia Municipal de Lisboa presta sentida homenagem à memória de Carlos Candal e endereça, em nome de todos os Grupos Parlamentares, os mais sentidos votos de condolência à sua esposa e família.

Guardar um minuto de silêncio em sua memória.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e voto contra (1 Deputado Municipal do PPD/PSD - 1.º Secretário da Mesa).]

- *Voto de Pesar n.º 8/AML/2009*-Subscrito pelo Grupo Municipal do PS:

Morreu Hermínio da Palma Inácio, militante do Partido Socialista e um dos maiores lutadores antifascistas.

Nasceu em 1922 e iniciou a sua luta antifascista com a adesão ao Golpe dos Militares, em 10 de Abril de 1947, um movimento desencadeado pelo general Godinho e pelo almirante Cabeçadas.

Coube-lhe na altura a tarefa de sabotar os aviões da base aérea da Granja, Sintra, onde havia prestado serviço militar na companhia do oficial Humberto Delgado.

Esta acção acabou por lhe valer sete meses de clandestinidade, seguindo-se a sua detenção pela PIDE, vindo a conhecer, pela primeira vez, as celas do Aljube. Enquanto esperava pelo julgamento foi preparando a sua fuga, vindo esta a ocorrer na manhã de 16 de Maio de 1948. Com a PIDE de novo no seu encalço seguiu para Marrocos, de onde, após vários episódios consegue alcançar os Estados Unidos. O «brevet» de piloto foi-lhe garantindo a sobrevivência, mas as autoridades acabam por o localizar e foi obrigado a abandonar o país. Seguiu-se o Rio de Janeiro, juntando-se assim a outros antifascistas que no exterior combatiam o regime de Salazar.

Palma Inácio juntamente com outros resistentes, preparou então uma operação que iria espantar Portugal, numa manhã de Novembro desviou um avião da TAP, sobrevoando Lisboa, lançando 100 mil panfletos antifascistas.

Em Maio de 1967 protagonizou um assalto à dependência do Banco de Portugal da Figueira da Foz, reivindicando esta acção como uma operação manifestamente política.

Depois do 25 de Abril, entre outros cargos, foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa, integrando o Grupo Municipal do PS.

A 13 de Maio de 2000, o Presidente da República Jorge Sampaio, atribuiu-lhe a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibera:

- 1 - Guardar um minuto de silêncio em sua memória;
- 2 - Prestar homenagem a este distinto vulto da democracia portuguesa na luta antifascista, atribuindo o seu nome a uma artéria da cidade.

[Aprovada ponto por ponto: *Ponto 1* -Aprovado por unanimidade; *Ponto 2* -Aprovado por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PPD/PSD e CDS/PP).]

- *Moção n.º 48/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Lisboa tem tido ao longo da sua história recente alguns conflitos de interesse com o Governo da República, pois os desígnios de Lisboa nem sempre são coincidentes com as políticas que em cada momento os governos perseguem.

Para os Lisboetas é honroso habitarem a Capital do País e ter na sua terra um património histórico e político tão valioso, para além da sua afirmação a nível nacional e internacional. Sem esquecer tudo o que Lisboa representa em termos institucionais e políticos, querem, acima de tudo, que a sua cidade seja um exemplo de cidadania e qualidade de vida para todos que a habitam, nela trabalham ou a visitam. Estas condições só podem ser satisfeitas se os seus órgãos de poder autárquico o afirmarem em todas as circunstâncias.

O actual Executivo liderado pelo Dr. António Costa tem sido permissivo às exigências do Governo da República, mesmo àquelas que além de irem contra o interesse da Cidade são igualmente negativas para o interesse Nacional.

O Dr. António Costa mesmo antes de ser eleito Presidente da Câmara Municipal de Lisboa era já um declarado opositor do interesse de Lisboa e das autarquias. Em algumas situações veio posteriormente queixar-se como foi a Lei das Finanças Locais, curiosamente de sua autoria e outras, já presidente, que continuou a defender como o Aeroporto de Lisboa na Ota e a 3.ª travessia rodoviária do Tejo.

Mas muito mais o Dr. António Costa defendeu e pugnou contra os interesses da Cidade que jurou defender:

- Aplaudiu a constituição de uma sociedade de capitais públicos sobre a qual a Câmara não tem qualquer poder nem onde não tem qualquer representante, para intervir numa das áreas mais importantes e significativas de Lisboa, toda a zona ribeirinha desde Belém a Santa Apolónia, a Sociedade Frente Tejo e tão grato ficou que convidou o indigitado presidente dessa sociedade para seu mandatário às últimas eleições autárquicas;
- Tem permitido que esta Sociedade não só intervenha em áreas próximas do Tejo, como vem admitindo a sua interferência muito longe do rio, como o caso de opinar sobre o destino a dar ao desactivado Tribunal da Boa-Hora,

sem esquecer o Terreiro do Paço onde a Sociedade pretende intervir, segundo opiniões avalisadas de forma desastrosa, sem que seja, como seria natural e democraticamente correcto, através de um concurso público de ideias e uma ampla discussão pública;

- Nada fez, em relação à inépcia governamental, para a implementação da Autoridade Metropolitana de Transportes, a única forma de se estabelecer uma política de mobilidade na Região de Lisboa;
- Considerou relevante para Lisboa a colocação de uma autêntica muralha de contentores entre a cidade e o Tejo num caso de cedência do Governo aos interesses privados de um potentado económico, a Mota-Engil;
- Anunciou a transferência das áreas ribeirinhas não afectas à actividade portuária para a gestão do Município, para ficar tudo na mesma, por evidente falta de autoridade negocial;
- Não se acautelou na alteração aos estatutos da Sociedade Metropolitana de Lisboa e esta sociedade de transportes que actua basicamente no Concelho de Lisboa, deixou de ter um representante da Câmara na sua Administração. Resta-lhe chorar sobre o leite derramado que mais se assemelham a lágrimas de crocodilo.

A contínua cedência aos interesses terceiros em prejuízo dos legítimos interesses de Lisboa fez com que o Governo lhe perdesse o respeito e visse a sua autoridade, como factor político na defesa de Lisboa, inquestionavelmente diminuída.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Extraordinária a 14 de Julho de 2009, delibera:

- 1 - Lamentar o papel negativo que o Dr. António Costa tem desempenhado de subserviência no acompanhamento de várias iniciativas governamentais que dizem directamente respeito a Lisboa e aos Lisboetas, com os resultados conhecidos;
- 2 - Exigir do actual Governo e dos próximos que a CML tenha um papel determinante em todas as empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos que exerçam a sua actividade exclusivamente ou em parte significativa no Concelho de Lisboa, através de representantes seus nos respectivos órgãos executivos.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (PS) e abstenções (PCP, Bloco de Esquerda e PEV).]

- *Moção n.º 49/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Com base numa decisão extemporânea e sem cuidar do respectivo impacto na Cidade, em especial a mobilidade e nas actividades económicas, e sem apresentar alternativas sérias e viáveis, o Dr. António Costa impôs um novo esquema de circulação no Terreiro do Paço e zona circundante, apenas com o intuito de cumprir o seu calendário eleitoral.

Por muito que o Dr. António Costa queira fazer prova do contrário, está hoje à vista que estas alterações no Terreiro do Paço, na Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal estão muito longe de apresentar resultados positivos que as justifiquem,

mas sobretudo que justifiquem as consequências altamente negativas para a mobilidade em toda a Baixa, e mesmo em muitos outros pontos da Cidade, mas também para a qualidade de vida dos moradores e para os comerciantes da zona e suas actividades económicas.

Importa recordar que esta foi mais uma das decisões tomadas pelo Dr. António Costa de forma muito controversa, evitando debatê-la e submetê-la à aprovação na Assembleia Municipal de Lisboa.

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere:

- 1 - Manifestar a sua discordância com a decisão tomada pelo Dr. António Costa para a circulação no Terreiro do Paço, na Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal, tomada sem estudos prévios sustentados e sem garantir a existência de alternativas viáveis de escoamento do tráfego, e da qual decorrem prejuízos para a Cidade de Lisboa;
- 2 - Instar a Câmara Municipal de Lisboa a definir medidas que diminuam as consequências negativas desta decisão para os comerciantes da zona;
- 3 - Defender a realização, pela Câmara Municipal de Lisboa, de um estudo sério sobre a mobilidade na zona, suas consequências para a mobilidade geral na Cidade e definição de alternativas de circulação com capacidade de resposta efectiva ao tráfego que ali circula, como condição prévia a qualquer decisão dos órgãos autárquicos em Lisboa nessa matéria;
- 4 - Manifestar a necessidade de a circulação naquela zona ser reposta nas condições em que se encontrava antes desta intervenção, até que uma decisão seja tomada de acordo com os pressupostos referidos em 3.

[Aprovada ponto por ponto: *Ponto 1* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP e CDS/PP), votos contra (PS) e abstenções (Bloco de Esquerda e PEV); *Pontos 2, 3 e 4* - Aprovados por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda e CDS/PP), votos contra (PS) e abstenções (PEV).]

- *Moção n.º 50/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Situação na EMEL

Considerando que:

Em 17 de Fevereiro de 2009 foi aprovada, apenas com a abstenção do Partido Socialista, a Recomendação com o n.º 3, onde se solicitava à Câmara Municipal informações sobre várias situações que, por falta de condições de higiene e segurança, punham em risco trabalhadores e utentes da EMEL;

Estas condições de trabalho, higiene e segurança se agravaram e as instalações da EMEL estão cada vez mais inadequadas, tendo em conta o número de trabalhadores que comportam;

As agressões aos trabalhadores no desempenho das suas funções continuam, sem que a EMEL tome nenhuma atitude para alterar a situação;

A Administração da EMEL não mostra vontade de concluir o processo de negociação do Acordo de Empresa;

A Administração da EMEL não cumpre as regras de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho;

A intervenção de uma representante dos trabalhadores nesta Assembleia, na tentativa de sensibilizar a Câmara Municipal para a resolução dos problemas, não teve qualquer efeito prático;

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere:

- 1 - Afirmar a sua solidariedade com os trabalhadores da EMEL, bem como apoiar a luta que estão a desenvolver por melhores e mais dignas condições de trabalho;
- 2 - Propor que a Câmara Municipal intervenha junto da Administração da EMEL com vista à rápida resolução dos graves problemas com que se debatem os trabalhadores.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e votos contra (PS).]

- *Moção n.º 51/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Problemas de ruído e queixas de moradores da Rua das Janelas Verdes

Considerando que a situação existente na Rua das Janelas Verdes, freguesia de Santos-o-Velho, é preocupante no que diz respeito ao bem-estar, à saúde e ao direito ao descanso dos moradores, em consequência do funcionamento de bares, dos ruídos produzidos e do comportamento dos seus frequentadores;

Considerando que houve já várias reclamações de moradores, que conduziram ao encerramento de alguns desses estabelecimentos por decisão da Câmara Municipal;

Considerando que subsiste um problema que se vem agudizando, de funcionamento de um bar, o «Incómodo» (nome, aliás, premonitório...), já objecto de protestos e reclamações de moradores, que vêm expondo à Câmara Municipal os problemas criados, as dificuldades de descanso nocturno e os excessos de ruído, que levaram a algumas medições no local, pela Divisão de Controlo Ambiental da CML, que nunca foram conclusivas nem nesta, nem em anteriores situações;

Considerando que os Autos de Notícia da PSP, 30.ª Esquadra, na Lapa, de 10 de Abril (às 2,50 horas) e 15 de Abril (às 2,29 horas), confirmam as razões de queixa dos moradores, relativamente ao Bar «Incómodo»;

Considerando que, apesar das várias queixas junto da CML, não foi produzida qualquer prova de infracção, não tendo sequer sido facultado o relatório das medições dos Serviços da CML aos queixosos;

Considerando que o licenciamento deste estabelecimento foi deferido pelo director da DAPUC da CML em 10 de Março de 2009, quatro meses após a reclamação dos munícipes;

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 14 de Julho de 2009, decida:

- 1 - Solicitar à Câmara Municipal uma informação o mais possível completa sobre o licenciamento e legalidade do funcionamento do bar «Incómodo», queixas dos moradores e respectiva fundamentação da actuação dos serviços camarários até hoje;
- 2 - Solicitar uma informação clara e objectiva sobre as medidas que a Câmara Municipal deverá tomar para solucionar devidamente uma situação que se configura muito difícil e de incómodos graves para a saúde dos moradores, situação que terá de ser analisada à luz dos direitos constitucionais e fundamentais ao descanso, a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e ao pleno usufruto das casas que habitam a qualquer hora do dia ou da noite, sem prejuízo para as suas vidas profissionais e sociais.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Moção n.º 52/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Bairros Fiscais de Lisboa

Considerando que o Ministério das Finanças decidiu, através da Portaria n.º 599/2009, de 15 de Junho, extinguir o Serviço de Finanças do 6.º Bairro Fiscal, situado na Rua dos Lusíadas, Alcântara;

Considerando que tal decisão obriga a população, antes servida por aqueles Serviços, a deslocar-se ao Restelo, Rua Gregório Lopes;

Considerando que os Serviços de Finanças do Restelo, que já prestam atendimento a três freguesias, terão igualmente que atender as populações de mais três freguesias: Alcântara, Prazeres e Santos-o-Velho;

Considerando que a nova situação prejudica em muito os cidadãos que necessitem de tratar dos seus assuntos fiscais, quer na própria mobilidade quer no tempo de espera do atendimento, no Bairro Fiscal do Restelo;

Considerando que a decisão do Ministério das Finanças prejudica a população no seu direito a um serviço público de qualidade, especialmente a população mais idosa, e também o comércio local das três freguesias referidas;

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibere:

- Propor à Câmara Municipal de Lisboa que, em defesa dos interesses da Cidade e da sua população, intervenha junto do Governo para a urgente alteração da Portaria n.º 599/2009, de 15 de Junho.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenções (PS).]

- *Moção n.º 53/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Pela Inclusão e Justiça Social

Considerando:

1 - A realização nos dias 11 e 12 de Julho de 2009 do Fórum pela Cidadania e Justiça Social por um conjunto diversificado de organizações de imigrantes e de defesa dos direitos humanos;

2 - A situação de precariedade social em que vivem a larga maioria de populações das minorias étnicas;

3 - A discriminação institucional e social de que são vítimas as minorias étnicas que as empurra para a pobreza, a exclusão e a marginalidade;

4 - O endurecimento das políticas de imigração e a ausência de uma orientação coerente para uma política de combate à exclusão social e pela justiça e inclusão social e cultural;

5 - O aparecimento do fenómeno da violência urbana resultante das tensões sociais mal geridas e sem resposta política adequada que procure garantir o acesso a serviços públicos de qualidade às populações dos bairros sociais;

6 - A urgência de uma política de habitação que não «esconda» a pobreza em zonas sem valor fundiário e urbanístico e que privilegie a recuperação e a re-habitação dos bairros históricos das cidades pelos que são marginalizados pela especulação imobiliária e fundiária;

7 - A actual lei de imigração permite que milhares de imigrantes que vivem e trabalham em território nacional continuem indocumentados, sem quaisquer direitos, sujeitos aos abusos do trabalho precário e clandestino e mantidos em chantagem por empregadores sem escrúpulos;

8 - A adesão cega aos princípios do «Pacto Sarkozy» - que constituem a linha de orientação estratégica da política de imigração da União Europeia e a aprovação da Directiva de Retorno que representa um enorme retrocesso civilizacional que envergonha a Europa;

9 - Esta política põe em causa os direitos, as liberdades e as garantias, e favorece a consolidação política da Europa-fortaleza, que legitima os populismos xenófobos e racistas, como demonstra a subida da Extrema-direita racista nas últimas eleições europeias;

10 - Os imigrantes, apesar de contribuírem para o desenvolvimento do país, continuam excluídos do exercício da cidadania por serem impossibilitados de exercer um dos primeiros direitos para uma inclusão social autêntica, que é o direito de voto;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, decida:

1 - Saudar a realização do Fórum pela Cidadania e Justiça Social, enaltecendo o esforço de suscitar um debate urgente para uma nova política de combate à pobreza, exclusão e injustiça social;

2 - Condenar as políticas de exclusão social e de marginalização das minorias étnicas e defender a revogação das leis discriminatórias e discricionárias, exigindo a regularização de todos os indocumentados que vivem e trabalham em território nacional;

3 - Defender a extensão do direito de votos aos imigrantes que residem em Portugal, como um dos principais mecanismos de inclusão e de cidadania;

4 - Defender a criação do Observatório da Violência Policial para registar, monitorizar, denunciar a violência policial;

5 - Defender o aumento do incentivo à qualificação profissional e escolar das minorias étnicas, a implementação de um Plano Nacional para a Validação de Competências e a Reconversão Profissional dirigido às minorias étnicas por forma a combater o insucesso escolar, a precariedade laboral e a pobreza;

6 - Enviar a presente moção, para conhecimento, as forças políticas com assento parlamentar, bem como ao Governo, Assembleia da República, Presidência da República, as organizações de imigrantes e de defesas dos direitos humanos e órgãos de comunicação social.

[Aprovada ponto por ponto: *Ponto 1* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, PEV e 1 Deputado Municipal do PPD/PSD - Presidente da AML) e abstenções (PPD/PSD); *Ponto 2* - Rejeitado, com votos contra (PPD/PSD e PS), votos a favor (PCP, Bloco de Esquerda, PEV e 1 Deputado Municipal do PPD/PSD - Presidente da AML) e abstenções (CDS/PP); *Ponto 3* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e 1 Deputado Municipal do PPD/PSD - Presidente da AML) e abstenções (PPD/PSD e CDS/PP); *Ponto 4* - Rejeitado, com votos contra (PPD/PSD, PS e CDS/PP) e votos a favor (PCP, Bloco de Esquerda e PEV); *Ponto 5* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, 1 Deputado Municipal do PPD/PSD - Presidente da AML e 1 Deputado Municipal do PPD/PSD) e abstenções (PPD/PSD e CDS/PP); e *Ponto 6* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PCP, Bloco de Esquerda, PEV e 1 Deputado Municipal PPD/PSD - Presidente da AML) e abstenções (PPD/PSD, PS e CDS/PP).]

- *Moção n.º 54/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Condenação do Golpe Militar nas Honduras

Considerando que:

1 - No Domingo, dia 28 de Junho, teve lugar nas Honduras um golpe militar para derrube do Presidente Manuel Zelaya Rosales, que tinha sido eleito democraticamente;

2 - O Presidente eleito Manuel Zelaya Rosales, foi detido nessa madrugada na sua residência pelos militares que o levaram preso e o desterraram para a Costa Rica, onde denunciou o golpe militar de que tinha sido vítima e o falso comunicado distribuído pelo Congresso Nacional da República que afirmava que tinha renunciado ao cargo;

3 - Baseando-se na sua suposta renúncia, foi imediatamente nomeado pelo Congresso um governo ilegal chefiado pelo seu presidente, Roberto Micheletti Bain, que não é reconhecido internacionalmente;

4 - No seguimento deste golpe, foi imposto o recolher obrigatório e foram desencadeadas medidas repressivas, assassinatos, sequestros de funcionários, de jornalistas e de embaixadores de outros países;

5 - A causa mais remota deste golpe militar foi a decisão legítima das Honduras de integrar a Aliança Bolivariana para as Américas, permitindo deste modo incluir este país na associação dos países progressistas existente no Continente sul-americano;

6 - O pretexto apresentado pelos golpistas foi a realização a 28 de Junho de uma consulta popular, sem força de lei e que tinha sido apoiada por mais de quatrocentas mil assinaturas, em que se perguntava «Está de acordo em que, nas eleições gerais de Novembro de 2009, seja instalada uma quarta urna para decidir sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte destinada a elaborar uma nova Constituição Política»;

7 - Foi mais uma vez com meios alternativos, como a Internet e os telemóveis, que se conseguiu romper o bloqueio informativo imposto pelos golpistas, num claro atentado à liberdade de expressão;

8 - A Organização dos Estados Americanos devido ao golpe militar e ao não reconhecimento do seu Governo imposto expulsou as Honduras do seu seio;

9 - O presidente eleito foi impedido, uma semana depois do seu derrube, de regressar às Honduras pelos militares, tendo os cerca de 10 000 apoiantes que o esperavam sido dispersos com balas de borracha e gás lacrimogénico, que provocaram um morto e dezenas de feridos entre os manifestantes;

10 - As negociações de sexta-feira passada entre representantes de Zelaya e Michelletti, mediadas pelo Presidente da Costa Rica, fracassaram, dada a intransigência do novo presidente;

11 - O golpe militar retoma a mais negra tradição da história da América Latina, em que os militares interrompem a seu bel-prazer a normalidade democrática.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, delibere:

- 1 - Condenar o golpe militar nas Honduras que substituiu um Presidente legitimamente eleito pelo seu povo;
- 2 - Congratular-se com a posição intransigente da Comunidade internacional ao não reconhecer um Governo não eleito democraticamente;
- 3 - Apoiar todos os esforços tendentes a repor a legalidade democrática nas Honduras, restituindo o poder ao seu legítimo Presidente;
- 4 - Apelar ao Governo português para que desenvolva todos os esforços quer ao nível comunitário, quer nas Nações Unidas, para que a legalidade democrática seja reposta naquele país;

5 - Entregar esta moção na embaixada da República das Honduras, e a todos os órgãos de soberania nacionais e órgãos de comunicação social.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, 1 Deputado Municipal do PPD/PSD - Presidente da AML e 1 Deputado Municipal do PPD/PSD), voto contra (1 Deputado Municipal do PPD/PSD) e abstenções (PPD/PSD e CDS/PP).]

- *Moção n.º 55/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Passaram alguns meses desde que a Câmara Municipal de Lisboa ordenou a colocação de lonas em alguns edifícios da cidade, avisando a população de um alegado bloqueio da Assembleia Municipal de Lisboa ao trabalho em prol dos lisboetas.

Foram várias as moções de repúdio e de desalento, não só pela utilização abusiva do nome e imagem da Assembleia Municipal sem o consentimento desta, mas sobretudo pelas inverdades lá plasmadas.

Passadas algumas semanas a Câmara Municipal tratou de fazer as correcções que entendeu necessárias: tapou o símbolo da Assembleia e manteve as palavras de ordem.

Esta situação inédita de confrontação institucional a outro órgão camarário mais do que constituir um insulto aos titulares do mesmo, constitui um insulto à própria democracia.

E é ainda mais grave quando procura confundir instituições democráticas com partidos políticos e quando se utiliza o dinheiro dos contribuintes para efectuar uma guerra partidária com fins eleitorais.

Porém, a verdade é (infelizmente) outra. A CML pregoa o que não pratica: as recomendações aprovadas em Assembleia Municipal para acções e intervenções da CML em prol da qualidade de vida dos lisboetas nunca foram concretizadas pelo executivo camarário.

Acreditamos por isso ser da mais elementar justiça que se demonstre que a Assembleia Municipal não é uma força de bloqueio, mas sim de fiscalização e com importantes contributos para a cidade e para os lisboetas.

É também da mais elementar justiça que se reponha o bom nome e a honra dos deputados municipais que nada mais fazem do que cumprir com as obrigações para as quais foram eleitos. Todos.

Assim a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 14 de Julho de 2009, delibera:

- A enunciação pública de todas as recomendações aprovadas na Assembleia Municipal de Lisboa durante este mandato, demonstrando todo o trabalho que foi desenvolvido em prol da qualidade de vida dos lisboetas pela AML e que a Câmara não concretizou.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e votos contra (PS).]

- *Recomendação n.º 52/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Considerando que se encontra assumido, pelas competentes autoridades nacionais, o impacto muito significativo que a Gripe H1N1 terá na população e nos diversos sectores de actividades nacionais;

Considerando as competências e as especiais responsabilidades que a Câmara Municipal de Lisboa tem em áreas educativas, sociais, económicas ou de apoio a populações de risco, como sejam as crianças, os idosos e os sem-abrigo;

Considerando que importa que a Cidade de Lisboa, sem alarmismos, mas de forma preventiva e oportuna, disponha de mecanismos para gerir o impacto da Gripe H1N1 ao nível municipal.

O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, envolvendo as Juntas de Freguesia, elabore um Plano de Contingência Municipal para a Gripe H1N1.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenções (PS).]

- *Recomendação n.º 53/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

A Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, apresenta algumas soluções que se podem traduzir em obstáculos à normalidade da gestão municipal por parte dos órgãos autárquicos eleitos, nomeadamente em matéria de pareceres obrigatórios relativamente aos orçamentos municipais.

Estas soluções motivaram que a Junta Metropolitana de Lisboa, em 16 de Abril, apenas com a abstenção da representante da CML (12 votos a favor e uma abstenção), aprovasse um Moção suscitando estas dúvidas e recomendando aos Municípios o adiamento da instalação destes Conselhos Municipais ao abrigo da referida legislação, e solicitando à Assembleia da República a revisão da mesma.

Posteriormente, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses elaborou um parecer sobre aquele diploma legal, que o respectivo Conselho Directivo remeteu ao Provedor de Justiça com a solicitação de ser requerida a apreciação da sua constitucionalidade, bem como aos Grupos Parlamentares, para efeitos de revisão da Lei, e ao Tribunal Constitucional.

Como facilmente se detecta, pelo facto de na Junta Metropolitana de Lisboa e no Conselho Directivo da ANMP estarem representados diversos Partidos, entre os quais o PS, esta é uma questão que vem afectando e preocupando todas as forças políticas que gerem os diversos Municípios Portugueses, isto é também os autarcas socialistas.

Por estas razões, a Assembleia Municipal de Lisboa entendeu que o Município de Lisboa não deveria precipitar-se na aprovação da Proposta n.º 246/2009, através da qual a CML pretendia aprovar um novo Regulamento para o Conselho Municipal de Juventude, razão pela qual a rejeitou por grande maioria.

Considerando que, através da Deliberação n.º 126/AM/95, que se encontra em vigor, Lisboa dispõe de um Conselho Municipal de Juventude que o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada podem convocar e reunir, para discutir assuntos relacionados com as políticas de juventude no Município de Lisboa, não prejudicando a participação das associações juvenis da cidade.

O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 14 de Julho de 2009, recomende à Câmara Municipal de Lisboa que reúna o Conselho Municipal de Juventude ao abrigo da Deliberação n.º 126/AM/95, que se encontra em vigor, por forma a fazer participar as associações juvenis da cidade nos assuntos relacionados com as políticas de juventude no Município de Lisboa.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e votos contra (PS).]

- *Recomendação n.º 54/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Mercado de Arroios

Considerando que:

As instalações do Mercado de Arroios se encontram degradadas, por falta de manutenção;

As condições de higiene e limpeza são precárias e não satisfazem nem comerciantes, nem utentes;

Os produtos hortícolas que chegam durante a noite ao Mercado, porque não existe um equipamento de frio, são armazenados em condições deficientes e que esta situação provoca alterações na qualidade dos produtos que, muitas vezes, não podem ser comercializados, havendo grandes prejuízos para os comerciantes;

O escoamento de águas é deficiente e a sua acumulação tem provocado acidentes com utentes;

A falta de estacionamento no local obriga muitos clientes, a preferirem outros estabelecimentos, com estacionamento privativo;

Este problema afecta, em particular, proprietários de restaurantes que são obrigados ao estacionamento ilegal, com consequente agravamento da sua, já débil, situação financeira, uma vez que ficam sujeitos a multa;

A ausência de autoridade policial provoca insegurança em comerciantes e utentes;

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, recomende à Câmara Municipal:

1 - Resolva, no imediato, os problemas de insegurança, limpeza, escoamento de águas e equipamentos de frio, de forma a manter o Mercado de Arroios em condições de utilização e satisfação dos utentes, assim como da actividade dos comerciantes;

2 - Proceda à elaboração de um projecto de reabilitação e reestruturação do mercado de Arroios com vista à sua modernização.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenções (PS).]

- *Recomendação n.º 55/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Insegurança e falta de limpeza em Santa Catarina

No Alto de Santa Catarina, o lixo espalhado nas ruas e travessas, que também não são lavadas regularmente, a falta de ecopontos, a insegurança provocada pelo tráfico e consumo de droga na zona do miradouro de Santa Catarina (Adamastor), são uma constante e em nada dignificam uma das mais bonitas zonas da cidade, provocando em quem lá vive, uma sensação de abandono por parte da Câmara Municipal de Lisboa,

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, recomende à CML que:

- 1 - Proceda com a maior urgência a uma intervenção de limpeza nesta zona e assegure a sua manutenção regular;
- 2 - Intervenha junto das entidades competentes para que sejam tomadas medidas de reforço de segurança, em particular no miradouro.

[Aprovada ponto por ponto: *Ponto 1* - Aprovado por unanimidade; *Ponto 2* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, CDS/PP e PEV) e abstenções (Bloco de Esquerda).]

- *Recomendação n.º 56/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Rua João de Freitas Branco

Considerando que:

A circulação rodoviária na Rua João de Freitas Branco é um risco para a segurança dos peões;

As características desta via, facilitam a transgressão da velocidade imposta pela lei, por parte de muitos automobilistas;

O número de passeadeiras para peões é manifestamente insuficiente, mal sinalizadas e, consequentemente, desrespeitadas pelos automobilistas;

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, recomende à CML que:

- 1 - Solicite às entidades competentes uma maior fiscalização à circulação de trânsito, particularmente no que respeita aos limites de velocidade;
- 2 - No que lhe compete, reforce a sinalização e o número de passeadeiras nesta via, com vista a garantir a segurança de peões e automobilistas.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 57/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal de «Os Verdes»:

Requalificação do Jardim Constantino

O Jardim Constantino, situado na freguesia de São Jorge de Arroios, deve o seu nome a uma homenagem a Constantino José Marques de Sampaio e Melo, um dos mais notáveis e ilustres floricultores de Portugal do Século XIX, conhecido por Rei dos Floristas.

O património vegetal deste Jardim é muito rico em espécies classificadas, incluindo, entre quinze espécies diferentes, uma árvore única na cidade de Lisboa, a *Melaleuca styphelioides*, vulgo árvore papel, classificada no ano de 1996, possuindo, num dos canteiros, como património edificado e artístico, uma estátua em pedra de Prometeu, aí colocada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1925, e ainda um quiosque decorado com seis painéis de azulejos.

Considerando que este Jardim, que inclui o único parque infantil da freguesia, já foi um agradável espaço de convívio, de lazer e de recreio, se encontra, há muito tempo, num estado deplorável;

Considerando que o lixo se tem vindo a acumular ao longo dos tempos, que os espaços verdes não estão cuidados, que ali vivem sem-abrigo que, nalguns casos, lá se encontram há mais de três anos, fazendo toda a sua vida nos espaços do Jardim, acumulando-se os dejectos dia após dia, trazendo cheiros insuportáveis, encontrando-se o lago sem água e pejado de um amontoado de detritos;

Considerando, igualmente, que as instalações sanitárias existentes no espaço foram há muito encerradas, não permitindo que os utilizadores do parque infantil recorram a estas instalações;

Considerando que tem havido frequentes denúncias e solicitações de moradores e comerciantes no sentido de ser recuperado o Jardim Constantino, resolvendo os graves problemas nele existentes, pois a CML não tem procedido a qualquer intervenção com vista à requalificação deste espaço;

Considerando que o estado em que este espaço verde se encontra representa um grave problema social, ambiental e de saúde pública, prejudicando toda a freguesia e os moradores em particular;

Considerando que a autarquia, em resposta às denúncias que os moradores e comerciantes lhe fizeram chegar, apenas diz ter requerido aos serviços a elaboração de um projecto de requalificação do Jardim Constantino, que tarda em ser posto em prática.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes» requerer que a Câmara Municipal de Lisboa:

- Avance de imediato com a requalificação do Jardim Constantino, tendo como prioridade a resolução dos problemas mais graves - sociais, ambientais e de higiene pública - de forma a permitir o usufruto integral deste espaço verde pelos munícipes;

- Promova um efectivo plano de apoio e acompanhamento aos sem-abrigo;
- Apresente à Assembleia Municipal de Lisboa os resultados do requerimento efectuado junto dos serviços, bem como o respectivo projecto de requalificação e calendário de intervenção.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenções (PS).]

- *Recomendação n.º 58/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal de «Os Verdes»:

Pela abolição da pobreza e exclusão social

As Associações de Imigrantes organizaram, recentemente, um Fórum pela Cidadania e Justiça Social, onde debateram as políticas de imigração e as políticas sociais para a igualdade.

O debate reflectiu sobre a evolução e o endurecimento das políticas de imigração na União Europeia que, procurando consolidar uma Europa-fortaleza, têm vindo a colocar em causa os direitos, liberdades e garantias dos imigrantes, com o inevitável aumento da insegurança, da pobreza e exclusão social.

Apesar das melhorias introduzidas face à anterior legislação, também a actual lei portuguesa continua a permitir que milhares de imigrantes, que vivem e trabalham no nosso país, continuem a ser discriminados, mesmo que tenham nascido em Portugal, na obtenção da nacionalidade, marginalizando-os no acesso ao ensino, à saúde e ao trabalho.

O Fórum apelou, por isso, aos decisores, aos agrupamentos políticos e, em particular, aos órgãos municipais, para que defendam, com firmeza e critérios de transparência, o diálogo intercultural e experiências educativas de inclusão.

Tais medidas deverão considerar a inserção social e a integração na vida activa, a criação de redes de apoio a creches e jardins de infância, com horários alargados e adaptados aos turnos de trabalho, a preços indexados aos rendimentos e despesas do agregado familiar, a promoção de um ensino inclusivo com programas escolares adequados às novas realidades multiculturais, o estabelecimento de espaços de cultura e lazer nos bairros, com áreas de aprendizagem de línguas e de tecnologias, munidos de mediadores socioculturais capazes de prestarem assistência na integração, bem como políticas inclusivas de habitação, com a abolição de conceitos que estigmatizem os bairros, privilegiando a sua recuperação.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- Estimule o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania para que, tendo em consideração a diversidade cultural, defina e apresente projectos de apoio e integração social, em conjunto com as associações representativas dos imigrantes;

- Pugne por direitos iguais para todos, que passem pela abolição da pobreza e da exclusão social, nomeadamente das famílias imigrantes que trabalham e residem na capital;
- Promova, junto das comunidades de imigrantes, medidas de acesso ao trabalho com direitos, à saúde, à habitação, ao ensino e a actividades culturais, de desporto e lazer;
- Colabore na desburocratização dos processos de regularização, renovação de documentos e de reagrupamento familiar,
- Envie a presente moção ao Governo e às organizações que fazem parte das Associações de Imigrantes e Direitos Humanos.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PCP, Bloco de Esquerda, PEV e 1 Deputado Municipal do PPD/PSD - Presidente da AML) e abstenções (PPD/PSD, PS e CDS/PP).]

- *Recomendação n.º 59/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal de «Os Verdes»:

Gestão pública dos espaços verdes da cidade de Lisboa

Os espaços verdes da cidade de Lisboa devem ser cada vez mais elementos estruturantes da vivência e permanência na cidade. Do canteiro à arvore, ao jardim de bairro ou até ao grande parque urbano, as estruturas verdes constituem elementos identificáveis na estrutura urbana, caracterizam a imagem da cidade, têm mesmo individualidade própria, desempenham funções precisas, sendo ainda elementos de composição e do desenho urbano.

São ainda importantes por permitirem, por exemplo, reduzir a poluição atmosférica, resultante da circulação automóvel, suavizar temperaturas extremas, ao filtrar a radiação solar, manter a permeabilidade dos solos, prevenindo e evitando cenários caóticos de cheias, bem como a quebra da monotonia da paisagem da cidade, causada pelos grandes complexos de edificações, que cada vez mais caracterizam as nossas cidades.

Ultimamente, tem-se vindo a assistir a uma constante tentativa de concessões, por contratação externa, da manutenção dos espaços verdes da cidade, as quais se caracterizam por serem curtas no tempo, o que provoca uma alternância entre o trabalho prestado por empresas privadas e a manutenção realizada directamente pela autarquia ou pelas freguesias, alternância essa que acaba por camuflar as deficiências, ou falta de experiência, do trabalho dessas empresas.

Por outro lado, por a CML não utilizar os formandos saídos da Escola de Jardinagem e de Calceteiros, situada na Quinta Conde de Arcos, duas grandes áreas verdes da cidade - Monsanto e Olivais - estão, neste momento, totalmente entregues a empresas.

Ora, considerando que existe uma falta acentuada de recursos humanos na Divisão de Jardins e de Matas, resultado de longos anos sem a abertura de concursos de ingresso, nem de ofertas públicas de emprego.

Considerando que está prevista a deslocalização dos trabalhadores que estavam afectos à manutenção dos jardins nos Olivais para outras áreas, nomeadamente para o Campo Grande,

sendo que estas instalações têm vindo a apresentar uma manifesta falta de condições de higiene, saúde e segurança no trabalho, pelo que, a concretizar-se esta transferência, tal medida irá agravar ainda mais a situação actual dos trabalhadores.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- Promova, com a maior celeridade possível a abertura de procedimento concursal, com o objectivo de admitir novos trabalhadores para a Divisão de Jardins e de Matas, que permitam assim suprir parte das actuais necessidades de pessoal;
- Pugne pela prestação do serviço público na manutenção e gestão dos espaços verdes da cidade, invertendo a tendência do recurso a empresas privadas;
- Calendarize a organização de novas acções de formação, que permitam aumentar a disponibilidade de profissionais especializados no tratamento dos espaços verdes da cidade de Lisboa;
- Implemente as necessárias medidas conducentes à melhoria das condições de trabalho e das instalações, designadamente as situadas no Jardim do Campo Grande;
- Dê conhecimento da presente deliberação às associações representativas dos trabalhadores do município.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PPD/PSD, PS e CDS/PP).]

- *Recomendação n.º 60/AML/2009* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Pela suspensão imediata das obras do novo Museu dos Coches e pela abertura imediata do debate público

Considerando que:

1 - Os Laboratórios de Arqueociências (CIPA), o Serviço de Arqueologia Náutica e Subaquática e a Biblioteca de Arqueologia do actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR) se encontram sedeados nas instalações das antigas Oficinas Gerais do Exército, na Avenida da Índia, instalações que albergavam o antigo Instituto Português de Arqueologia (IPA) e onde decorrem trabalhos de demolição com vista à construção do novo Museu dos Coches;

2 - Não obstante estarem em curso obras naquele espaço, os trabalhadores do IGESPAR, permanecem ainda naquelas instalações, estando sujeitos às mais deploráveis condições de trabalho (ruído de máquinas, pó) e enfrentando agora uma infestação de ratos em resultado do referido processo de demolição;

3 - Não foram ainda iniciadas as obras necessárias à transferência daqueles serviços para o edifício da Cordoaria Nacional, contrariamente ao que foi veiculado, em diversos órgãos de informação, pela Direcção do IGESPAR, e pelo próprio Ministro da Cultura em múltiplas ocasiões;

4 - O pedido feito há quase um ano à Inspeção-Geral do Trabalho para que fosse feita uma avaliação às condições de Segurança e de Higiene no Trabalho nesse local não teve qualquer resposta;

5 - A Biblioteca de Arqueologia, a maior do País na sua especialidade, e o Arquivo histórico da Arqueologia portuguesa (do ex-IPA) encontram-se desde Maio inacessíveis ao público, encaixotados e sem quaisquer condições de conservação e segurança;

6 - O Laboratório de Arqueozoologia, no qual trabalham diversos investigadores, integrados num projecto de interdisciplinaridade de reconhecido mérito internacional, três dos quais com bolsas de cientistas convidados há aproximadamente dez anos e que aguardam pela justa resolução da sua situação laboral;

7 - A Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional dos Museus), ou ICOM Portugal, saudou a recusa de emissão de parecer favorável, mesmo condicionado, das deliberações da vereação da Câmara Municipal de Lisboa relativamente ao projecto do novo Museu dos Coches, afirmando que é sua «firme convicção que o projecto de um Novo Museu Nacional dos Coches não constitui prioridade museológica nacional, podendo pelo contrário representar uma oportunidade perdida e um autêntico «tiro no pé» para o próprio Museu que assim se pretendia beneficiar, o qual precisa de investimentos urgentes em restauro de colecções, incluindo as mais emblemáticas, e justificaria uma ampliação de instalações, mas nunca a sua transferência para outro local».

8 - A Direcção do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) manifesta-se contra a mudança do museu para as instalações da Cordoaria Nacional, indicando como motivos o facto de a Cordoaria estar instalada na zona de maior risco sísmico da cidade de Lisboa, acrescido do elevado risco de inundações, não sendo prudente a guarda ou exposição de tesouros nacionais únicos nesse espaço, além de não existirem quaisquer estudos que garantam ser mais económico instalar o MNA na Cordoaria, do que construir um museu de raiz, como consta no comunicado realizado pelo Grupo de Amigos do MNA;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 14 de Julho de 2009, decida:

1 - Recomendar à Câmara Municipal a suspensão imediata do processo de construção do novo Museu dos Coches, que suscita o desagrado de todos os elementos, directa ou indirectamente envolvidos no processo, a fim de se lançar um debate público e participativo, onde todos os que quiserem se possam fazer ouvir e se tenham em conta as opiniões das entidades do meio patrimonial e museológico;

2 - Manifestar a sua preocupação perante a situação de total ausência de condições de trabalho e de salubridade a que os trabalhadores do IGESPAR se encontram actualmente sujeitos, para além da precariedade que afecta os seus bolsheiros;

- 3- Considerar que devem ser garantidas, o mais rapidamente possível, as condições de trabalho para os ainda existentes trabalhadores do IGESPAR, sedeados na Avenida da Índia;
- 4- Considerar ser urgente garantir a preservação e o usufruto do acervo da Biblioteca e do Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa;
- 5- Enviar esta moção para o Presidente da República, para o Gabinete do Primeiro-Ministro, para o Ministério da Cultura, para o Presidente e para todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e votos contra (PS).]

- *Deliberação n.º 64/AM/2009* (Deliberação n.º 538/CM/2009):

Desafectação de duas parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado municipal e constituição do direito de superfície

(Avenida Paulo VI/Rua Sousa Bastos - Bairro do Alfenim)

Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva.

Serviços: DPI.

Considerando que:

A Junta de Freguesia de Marvila solicitou à Câmara Municipal de Lisboa o seu apoio no sentido da constituição do direito de superfície sobre o antigo edifício ocupado pelo Grupo Desportivo e Recreativo «Os Magriços», localizado na Avenida Paulo VI/Rua Sousa Bastos (Bairro do Alfenim), para instalação da sua sede;

A actual sede da Junta de Freguesia de Marvila, não dispõe de instalações condignas que ofereçam bem-estar à população que abrange, nem aos funcionários que nela trabalham;

O Município de Lisboa tem disponível o local pretendido pela Junta de Freguesia de Marvila, localizado na Avenida Paulo VI/Rua Sousa Bastos (Bairro do Alfenim), na freguesia de Marvila, com a área de 1028 m²;

O terreno pretendido encontra-se desocupado e livre de compromissos;

A Unidade de Projecto de Chelas e a Divisão de Estudos e Valorização do Património pronunciou-se favoravelmente quanto à viabilidade de implementação do programa proposto para as novas instalações da Junta de Freguesia de Marvila;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64.º, n.ºs 1, alínea f) e 6, alínea a) e do 53.º, n.º 2, alínea i) e n.º 4, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere:

- 1 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a desafectação do domínio público para o domínio privado das parcelas de terreno municipal, tracejadas à cor azul e assinaladas

com as letras C e D na cópia da Planta n.º 05/097/02, do Departamento do Património Imobiliário, com as áreas de 107,70 m² e 23,25 m², respectivamente;

- 2 - Constituir a favor da Junta de Freguesia de Marvila, o direito de superfície pelo prazo de 50 anos, renovável por sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes, sobre a parcela de terreno municipal, sita na Avenida Paulo VI/Rua Sousa Bastos (Bairro do Alfenim), na freguesia de Marvila, tracejada à cor azul, na cópia da Planta n.º 05/097/02, do Departamento do Património Imobiliário, com a área de 1028 m², mediante o pagamento do preço na importância de 78 140 euros (setenta e oito mil cento e quarenta euros), no acto da escritura de acordo com o disposto no ponto 2 da Proposta n.º 96/92, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 19 de Março de 1992, alterada pela Proposta n.º 543/94.

Confrontações:

Norte - CML e Avenida Paulo VI;

Nascente - CML;

Sul - CML e domínio público;

Poente - Avenida Paulo VI e CML.

Condições de Acordo

1 - A Junta Freguesia de Marvila compromete-se, de acordo com projectos a aprovar pela Câmara, a dar início à construção de um edifício no prazo de 1 ano após o respectivo licenciamento e a destiná-lo às instalações da sua nova sede;

2 - A parcela de terreno municipal é entregue no estado em que se encontra;

3 - O preço do direito de superfície será pago na sua totalidade, no acto da escritura, de acordo com o disposto no ponto 2 da Proposta n.º 96/92, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 19 de Março de 1992;

4 - A afectação da parcela de terreno a fim diverso do fixado na presente proposta determina a reversão do direito de superfície, sem que a superficiária tenha direito a qualquer indemnização pelas benfeitorias entretanto efectuadas;

5 - O prazo de 50 anos poderá ser prorrogável por sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes;

6 - A alienação do direito de superfície carece de autorização expressa do Município de Lisboa, que gozará do direito de preferência, em primeiro grau;

7 - Operada a extinção do direito de superfície, por qualquer causa, a parcela de terreno volta à posse do Município sem que a superficiária tenha direito a qualquer indemnização.

(Processo privativo n.º 102/DPI/05.)

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PPD/PSD e CDS/PP).]

- Deliberação n.º 65/AM/2009 (Deliberação n.º 568/CM/2009):

Alteração do Regulamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD)

Pelouro: Vereadora Ana Sara Brito.

Serviços: Departamento de Acção Social.

Considerando:

I - A existência de mecanismos de exclusão social que inibem os(as) cidadãos(ãs) com deficiência, por múltiplas razões e em muitas circunstâncias da sua vida, de exercer plenamente a sua cidadania;

II - O desafio que constitui a inclusão social das pessoas com deficiência que, a realizar-se, enriquecerá o desenvolvimento humano da nossa cidade;

III - As directrizes emanadas da Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, Organização Internacional do Trabalho, União Europeia e a própria legislação nacional que sublinham a necessidade de medidas adicionais que favoreçam a inclusão social das pessoas com deficiência em áreas como o emprego, trabalho e formação, consumo, segurança social, saúde, habitação e urbanismo, transportes, educação e ensino, cultura e ciência, sistema fiscal, desporto e tempos livres;

IV - O objectivo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e de promover o respeito pela dignidade;

V - A necessidade de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, e o objectivo da realização de uma política global, integrada e transversal expresso na Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;

VI - O dever das Administrações Central e Local de promoverem políticas de reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência vertidas no primeiro Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e Incapacidades (PAIPDI) e no Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA);

VII - A importância de desenvolver mecanismos facilitadores da participação das pessoas com deficiência na definição de políticas inclusivas, projectos e acções municipais;

VIII - Que já se passaram mais de dez anos desde que o Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência foi criado e que, nesse período, se verificou uma notória evolução conceptual e legislativa nesta área.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD), com a redacção que se propõe, nos termos das disposições

conjugadas na alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, juntando-se para o efeito minuta de Regulamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD), com as alterações identificadas a negrito, que faz parte integrante da presente proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

(Aprovada por unanimidade.)

Regulamento do Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas Com Deficiência

A existência de mecanismos de exclusão social que inibem os cidadãos com deficiência, por múltiplas razões e em muitas circunstâncias da sua vida, de exercer plenamente a sua cidadania;

O desafio que constitui a inclusão social das pessoas com deficiência que, a realizar-se, enriquecerá o desenvolvimento humano da nossa cidade;

As directrizes emanadas da Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, Organização Internacional do Trabalho, União Europeia e a própria legislação nacional que sublinham a necessidade de medidas adicionais que favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência em áreas como o emprego, trabalho e formação, consumo, segurança social, saúde, habitação e urbanismo, transportes, educação e ensino, cultura e ciência, sistema fiscal, desporto e tempos livres;

O objectivo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e de promover o respeito pela dignidade;

A necessidade de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa e o objectivo de realizar uma política global, integrada e transversal expresso na Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;

O dever das Administrações Central e Local de promoverem políticas de reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência vertidas no primeiro Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e Incapacidades (PAIPDI) e no Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA);

A importância de desenvolver mecanismos facilitadores da participação das pessoas com deficiência na definição de políticas inclusivas, projectos e acções municipais;

Passou mais de uma década desde que o Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência foi criado e que, nesse período, se verificou uma notória evolução conceptual e legislativa nesta área.

Artigo 1.º

(Definição)

O Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência - adiante designado por Conselho - é uma estrutura consultiva do Município de Lisboa que assegura a participação das pessoas com deficiência na construção da cidade e a realização de políticas e medidas facilitadoras da sua inclusão social.

Artigo 2.º

(Natureza e Objectivo)

O Conselho tem natureza consultiva para a inclusão social de pessoas com deficiência e tem como objectivo promover e valorizar a cidadania e participação das pessoas com deficiência e suas organizações sem fins lucrativos representativas do Município de Lisboa.

Artigo 3.º

(Linhas Orientadoras)

O Conselho tem como linhas orientadoras:

- Promover a participação activa das pessoas com deficiência na construção de uma cidade inclusiva;
- Assegurar a participação das organizações representativas das pessoas com deficiência e promover o diálogo entre pares;
- Promover a igualdade de oportunidades a todos(as) os(as) cidadãos(ãs);
- Prevenir e combater práticas e atitudes discriminatórias face às pessoas com deficiência;
- Cooperar interinstitucionalmente com o objectivo de melhorar a qualidade de vida, acessibilidade e mobilidade na cidade para todos(as);
- Fomentar a independência e a vida autónoma das pessoas com deficiência.

Artigo 4.º

(Competências)

Ao Conselho compete:

- Emitir pareceres sobre as políticas municipais que interfiram com a inclusão das pessoas com deficiência;
- Emitir pareceres sobre projectos e iniciativas que o Executivo municipal entenda submeter-lhe;
- Pronunciar-se junto da Câmara Municipal sobre projectos e iniciativas municipais susceptíveis de constituírem acções discriminatórias face às pessoas com deficiência;
- Propor à Câmara Municipal a realização por esta ou em cooperação com outras entidades legalmente constituídas que se ocupem das questões objecto do Conselho, de acções específicas que visem promover a igualdade de oportunidades e inclusão social das pessoas com deficiência;
- Propor e promover acções de divulgação e sensibilização da opinião pública para a problemática da deficiência.

Artigo 5.º

(Composição)

1 - Integram o Conselho os seguintes membros permanentes:

- O Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com área delegada, que preside;
- Representante eleito pela Assembleia Municipal;
- Representantes de organizações sem fins lucrativos, de e para as pessoas com deficiência, legalmente constituídas, com sede em Lisboa e intervenção na área do Município de Lisboa;
- Um representante dos serviços a ser designado pelo Vereador do Pelouro com delegação de competências para a intervenção em obras públicas para a acessibilidade nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto;
- Cidadãos com reconhecida intervenção cívica neste domínio, a convidar pelo Presidente do Conselho em número não superior a 3.

2 - Podem ainda participar nas reuniões do Conselho, com carácter eventual e a convite do Presidente do Conselho, os(as) representantes das Juntas de Freguesia e outras entidades ou personalidades que desenvolvam acções ou projectos inseridos nas competências do Conselho, ou cujo parecer seja considerado útil em função da ordem de trabalhos.

3 - Compete às organizações a que se refere a alínea c) do n.º 1 designar os seus representantes.

Artigo 6.º

(Estrutura do Conselho)

O Conselho é estruturado da seguinte forma:

- Um Plenário onde terão assento todos os membros permanentes além dos previstos no n.º 2 do artigo 5.º. O Plenário é presidido pelo Presidente do Conselho;
- Uma Comissão Executiva com a seguinte composição:

- Dois elementos de cada GT eleitos por esta;
- Um representante do Secretariado Técnico.

- Três Grupos de Trabalho (GT), podendo em cada um deles ter assento um elemento indicado por cada organização com representação no Conselho:

GT 1 - Acessibilidade e Mobilidade;

GT 2 - Educação, Formação e Emprego;

GT 3 - Cultura, Desporto, Lazer e Associativismo.

Artigo 7.º

(Funções da Comissão Executiva)

Incumbe à Comissão Executiva:

- a) Organizar e preparar a documentação a ser apresentada ao Plenário;
- b) Elaborar o Relatório e Plano de Actividades Anual;
- c) Elaborar outros relatórios;
- d) Acompanhar tecnicamente a execução do Plano de Actividades;
- e) Elaborar todas as actas das suas reuniões.

Artigo 8.º

(Funções dos Grupos de Trabalho)

São funções dos Grupos de Trabalho:

- a) Elaborar propostas de acção a integrar em Plano de Actividades;
- b) Operacionalizar acções definidas no Plano de Actividades para cada uma das áreas temáticas;
- c) Elaborar pareceres sobre projectos e iniciativas municipais ou quando solicitado pelo órgão executivo do Município de Lisboa;
- d) Elaborar as actas das suas reuniões.

Artigo 9.º

(Funcionamento do Conselho)

1 - Do Plenário:

- a) O Plenário reunir-se-á, ordinariamente por convocatória do seu Presidente, uma vez por ano para apreciação e deliberação do Plano de Actividades do ano em curso e para análise do Relatório do ano anterior;
- b) Extraordinariamente, o Plenário reunir-se-á por proposta subscrita por, pelo menos, um terço dos seus membros legalmente constituídos;
- c) A reunião em Plenário terá lugar em instalações municipais, cedidas para esse efeito;
- d) O Plenário reunir-se-á, por convocatória do Presidente enviada com 15 dias de antecedência.

2 - Da Comissão Executiva:

- a) A Comissão Executiva, que reunirá ordinariamente uma vez por trimestre, acompanhará as actividades dos GT e coordenará as acções necessárias à execução do Plano de Actividades do Conselho, podendo, ainda, reunir extraordinariamente sempre que vier a ser solicitado por, pelo menos, 2 dos Coordenadores dos GT;
- b) A Comissão Executiva terá uma Coordenação rotativa de entre cada um dos três Coordenadores dos GT. Cada Coordenação terá mandatos de um ano. Os mandatos da Coordenação serão sequenciais, iniciando-se o primeiro com o GT1, o segundo com o GT2 e o terceiro com o GT3, e assim sucessivamente.

3 - Dos Grupos de Trabalho:

- a) Cada um dos GT será coordenado por uma das organizações mencionadas na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, a eleger pelos respectivos membros por períodos de um ano;
- b) Os GT, que são constituídos com carácter permanente, reunirão trimestralmente para programar ou apreciar projectos de iniciativa do Conselho e, ainda, extraordinariamente sempre que se julgue necessário a pedido do Coordenador da Comissão Executiva;
- c) Não sendo possível ao GT eleger o seu próprio Coordenador, o mesmo funcionará em regime de responsabilidade solidária dos seus membros até que o seu Coordenador venha a ser escolhido pelos membros do Conselho Municipal em Plenário;
- d) Nenhuma organização das referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º poderá coordenar, em simultâneo, mais que um GT;
- e) As reuniões dos GT são convocadas sempre pelo respectivo Coordenador, ou por maioria dos elementos que compõem o respectivo GT.

4 - Os membros permanentes do Conselho têm direito a um único voto no Plenário.

Artigo 10.º

(Secretariado Técnico)

1 - O Secretariado Técnico é composto por técnicos designados para esse efeito pela presidência do Conselho.

2 - Incumbe ao Secretariado Técnico:

- a) Assegurar o apoio técnico e logístico às reuniões Plenárias;
- b) Proporcionar apoio técnico necessário ao funcionamento da Comissão Executiva e dos GT;
- c) Propor temáticas/iniciativas a desenvolver nos GT;
- d) Divulgar as deliberações tomadas em Plenário;
- e) Divulgar as actividades desenvolvidas pelos GT.

Artigo 11.º

(Duração dos Mandatos)

A duração dos mandatos dos membros do Plenário coincide com a duração do mandato dos titulares dos órgãos da autarquia.

Artigo 12.º

(Vigência)

O presente Regulamento entrará em vigor no dia imediato à sua publicação em *Boletim Municipal*.

- Deliberação n.º 66/AM/2009 (Deliberação n.º 576/CM/2009):

Parcela de terreno a doar pelo particular para integrar o domínio público

Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva e Vereador Manuel Salgado.

Serviços: DPI/DEVPI.

Considerando que:

1 - O pedido de licenciamento para um terreno sito à Alameda das Linhas de Torres, 150/152, submetido pelo processo 6/ZD/2002, foi Deferido por despacho da Sr.ª Vereadora Eduarda Napoleão em 2005/02/02 (Anexo 1), tendo o projecto de alterações para o mesmo local, submetido pelo processo 36/EDI-UPAL/2005, sido Deferido por despacho do Sr. Vereador Manuel Salgado em 2008/04/24 (Anexo 2);

2 - É condição necessária do Deferimento do supracitado pedido de licenciamento, que «M2PR - Promoção Auto-construção Imobiliária», ou de quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário, efectue a doação de duas parcelas de terreno para integrar o domínio público, com a área total de 622,87 m²;

3 - As parcelas de terreno referidas no ponto 2 supra, serão a desanexar da Descrição n.º 2003 da freguesia do Lumiar da 7.ª Conservatória de Registo Predial de Lisboa (Anexo 3).

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *h)*, n.º 1 e alínea *a)* do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à Assembleia Municipal para que este Órgão, ao abrigo do artigo 53.º, n.º 2, alínea *i)* e n.º 4, alínea *b)*, aprove:

- Aceitar a doação de «M2PR - Promoção Auto-construção Imobiliária», ou de quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário de duas parcelas de terreno, designadas pelos números 1 e 2, representadas a cor cinzenta na cópia da Planta n.º 09/031/04 do Departamento de Património Imobiliário, em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, com a área total de 622,87 m², destinadas a integrar o domínio público municipal, a fim de viabilizar uma construção localizada à Alameda das Linhas de Torres, 150/152;

- Submeter à Assembleia Municipal a afectação ao domínio público das referidas parcelas de terreno.

Condição de Acordo

As parcelas a transmitir ao Município de Lisboa devem estar livres de ónus e encargos.

Confrontações:

(Parcela 1):

Norte - CML (Alameda das Linhas de Torres, 154/156);

Sul - M2PR e outros;

Nascente - CML (Rua Luís Pastor de Macedo);

Poente - M2PR e outros; CML (Alameda das Linhas de Torres, 154/156).

(Parcela 2)

Norte - CML (Rua Luís Pastor de Macedo);

Sul - CML (Rua Luís Pastor de Macedo);

Nascente - CML (Rua Luís Pastor de Macedo);

Poente - M2PR e outros; particular.

ANEXOS

Anexo 1 - Cópia da Informação n.º 2371/DMGU-UPAL/04, de 2004/11/18, ingressa no processo 6/ZD/2002, a fl. 196.

Anexo 2 - Cópia da Informação n.º 230/DMGU-UPAL/09, de 2009/04/21, ingressa no Processo «E» n.º 14/DPI/09.

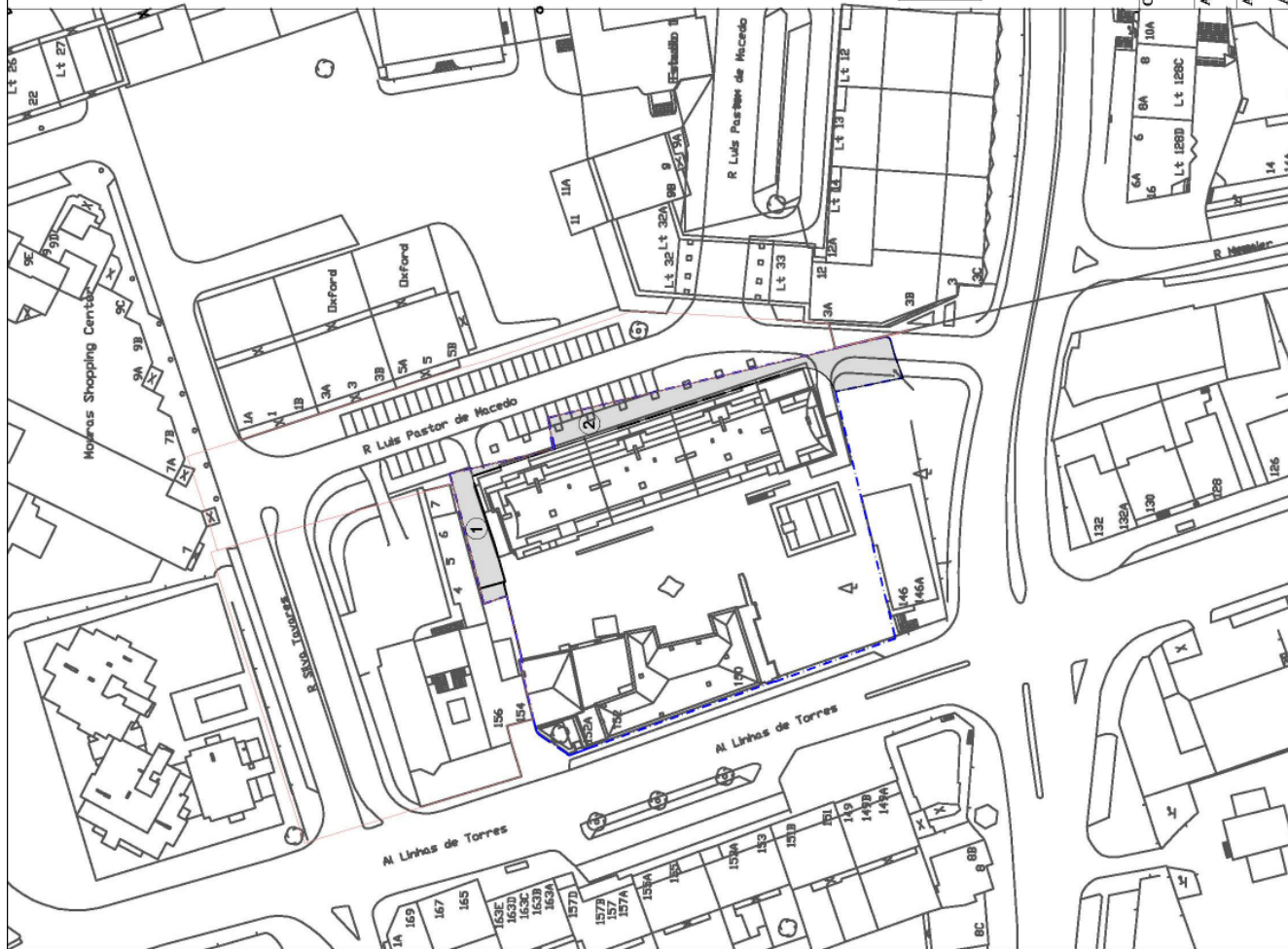
Anexo 3 - Cópia da Informação n.º 210/DPI/DAJ/09, de 2009/04/06, ingressa no processo 6/ZD/2002, a fl. 341.

Anexo 4 - Cópia validada pela UPAL «Conforme Original» do Desenho n.º 1, número de Arquivo 0.66 LIC, constante a fl. 105 do processo 36/EDI-UPAL/2005, e referenciada na Planta n.º 09/031/04 do DPI.

(Processo «E» n.º 14/DPI/09.)

(Processo n.º 13 243/CML/09.)

(Aprovada por unanimidade.)



- Deliberação n.º 67/AM/2009:

Proposta de eleição do representante da AML para integrar o Conselho da Comunidade - ACES Grande Lisboa III - Lisboa Central

Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São João.

(Aprovada por escrutínio secreto, com 44 votos a favor, 19 votos contra, 9 abstenções, 11 votos brancos e 1 voto nulo.)

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://boletimmunicipal.cm-lisboa.pt>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de Janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **Fax** 21 812 00 36 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt